

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A era cid gomes: visão, estratégia e dilemas da segurança pública no estado do ceará.

Luiz Fábio S. Paiva.

Cita:

Luiz Fábio S. Paiva (2009). *A era cid gomes: visão, estratégia e dilemas da segurança pública no estado do ceará. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/331>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A era cid gomes: visão, estratégia e dilemas da segurança pública no estado do ceará.

Luiz Fábio S. Paiva

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

luizfabiocs@yahoo.com.br

Em 2006, Lúcio Alcântara¹, então Governador do Ceará, e Cid Gomes² protagonizaram a campanha eleitoral para o governo do Estado. Até o final do mês de julho de 2006, Lúcio Alcântara, com 46% das intenções de voto, liderava a disputa com 11 pontos percentuais a frente de Cid Gomes. Todavia, em apenas um mês, Cid Gomes não apenas reverteu o quadro, como as pesquisas passaram a apontá-lo como o vencedor ainda no primeiro turno. Em outubro de 2006, as eleições confirmaram os prognósticos das pesquisas e Cid Gomes venceu a disputa eleitoral.

Até as eleições de 2006, Cid Gomes era conhecido pela maioria dos cearenses apenas como o irmão de Ciro Gomes e ex-prefeito da cidade de Sobral. Não obstante, durante a campanha, ele conseguiu alcançar o reconhecimento do eleitorado cearense, na medida em que apresentou “propostas audaciosas”, criando para si uma imagem de empreendedor, capaz de enfrentar e superar as maiores dificuldades³.

¹ Candidato do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB).

² Candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

³ Weber já observou que o homem político é aquele que, na disputa pelas posições de dominação, se reveste tanto da representação de empreendedor como do *boss* norte-americano. Ver WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2007.

Neste paper, traço um breve histórico de como Cid Gomes alcançou seus objetivos eleitorais, tendo como uma de suas principais propostas a criação de um novo programa de policiamento. O objetivo é discutir as visões e estratégias adotadas pelo Governo Cid Gomes para a área da segurança pública no Estado do Ceará. O trabalho também não é o resultado do conhecimento a respeito de um processo de governança completo, mas de seus primeiros impactos, decorrentes, principalmente, de compromissos assumidos durante as Eleições de 2006. Observa-se como Cid Gomes agenciou para si as expectativas de uma “gestão revolucionária da segurança pública”, tendo como o carro chefe de seu Programa de Governo o aperfeiçoamento do trabalho da Polícia Militar.

O fio condutor dessa abordagem sobre a trajetória de Cid Gomes é a invenção do programa de policiamento intitulado Ronda do Quarteirão. Busca-se apresentar algumas reflexões sobre como o Ronda garantiu a Cid Gomes um valioso *capital simbólico*⁴, amplamente utilizado ao longo de sua campanha e durante seus primeiros dois anos de Governo. As questões que interessam a este trabalho serão apresentadas em três tópicos: 1º a promessa de criação do Ronda durante a campanha eleitoral; 2º o processo de efetivação do Programa; 3º os problemas relativos à criação e efetivação do Ronda.

A promessa

Ao lançar sua campanha⁵ com o lema *Ceará vota para crescer*, Cid Gomes resgatou em seu discurso político a fórmula desenvolvimentista como principal proposta de governo. É importante destacar que boa parte desse discurso já havia sido experimentada pelos cearenses, na década de 1990, durante o governo Tasso Jereissati. Neste período, prevaleceu o discurso do desenvolvimento econômico fundamentado em um ideário de modernização do Estado e das suas forças produtivas⁶. No campo da segurança pública, a idéia central do Governo Jereissati foi promover uma “mudança de mentalidade” nas agências policiais, criando estratégias de integração dos trabalhos das Polícias Militar (PM) e Civil (PC)⁷. A campanha de Cid Gomes incorporou vários

⁴ De acordo com Bourdieu, “o capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento”. Ver BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

⁵ A campanha eleitoral é compreendida aqui como espaço social de lutas simbólicas, dotadas de significações, repertórios e performances que demarcam “o tempo da campanha”. Ver BARREIRA, I. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

⁶ Sobre o governo Tasso Jereissati ver PARENTE, J.; ARRUDA, J.M. (Orgs.). *A era Jereissati — modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

⁷ Sobre as políticas de segurança pública do Governo Jereissati ver BARREIRA, C. [org.], ABREU, D. BRASIL, G. ALMEIDA, R. *Questão de segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Damará, 2004.

elementos presentes no discurso do ex-governador Tasso Jereissati. No entanto, ao longo de todo processo eleitoral, Cid fez questão de demarcar suas diferenças com ex-governador, investindo na idéia do desenvolvimento econômico aliado a responsabilidade social.

Apesar das questões relativas ao emprego e à renda terem continuado a ser as mais discutidas durante as eleições de 2006, os problemas de segurança pública forçaram os candidatos a adotar um discurso particularizado para essa área. Essa característica da campanha revelou que o eleitorado não suportava mais a idéia de que o desenvolvimento econômico, por si mesmo, providenciaria a solução para os problemas da segurança pública. Enquanto alguns dos candidatos insistiram em apostar em um discurso estrutural, com promessas de investimento em educação e emprego para enfrentar a difusão da criminalidade, Cid adotou um discurso incisivo, ressaltando que os problemas relacionados a insegurança nas cidades não podiam mais esperar, sendo necessário medidas urgentes. Como proposta para resolver os problemas relacionados a criminalidade nas grandes cidades do Estado, Cid prometeu criar um “sistema revolucionário” de policiamento por quarteirão.

Em linhas gerais, a proposta visava criar um programa chamado Ronda do Quarteirão cujas características seriam fundamentadas em uma dinâmica de policiamento comunitário⁸, com policiais divididos em áreas de até três quilômetros, trabalhando em rondas sistemáticas, com meta de atendimento de ocorrências de até cinco minutos. Cid Gomes prometeu, com esse programa, “revolucionar a gestão da segurança pública” no Estado do Ceará. Independente de sua qualidade, a proposta concedeu ao candidato um capital simbólico muito importante, principalmente porque forçou todos os outros candidatos a dar atenção à segurança pública e, direta ou indiretamente, falar da proposta de Cid Gomes. Em entrevista ao canal de TV Verdes Mares, o candidato a reeleição Lúcio Alcântara, ao ser questionado sobre o problema da segurança pública no Estado do Ceará, respondeu que acreditava que segurança não se fazia apenas com policiais nas ruas, mas com investimentos em saúde, educação, trabalho, esporte etc. Segundo ele, não era possível acreditar em “soluções mirabolantes que não são factíveis, que não correspondem à realidade”. Essa afirmação se tornou marcante no discurso de outros candidatos que classificaram a proposta de Cid como absurda e irrealizável.

Sobre as críticas recebidas, Cid Gomes adotou um discurso que tencionou dar ao seu programa uma aura de simplicidade, desfazendo as imagens de algo impraticável. Em entrevista a TV Verdes Mares, ele disse que o Ronda do Quarteirão era “um programa simples”. Tratava-se

⁸ Cid nunca deixou claro o que compreendia como “policiamento comunitário”, mas o enfoque nessa temática se caracterizava pela idéia defendida de aproximar os policiais militares das comunidades, ressaltando o respeito e o cuidado com o cidadão.

“apenas”, em Fortaleza, de colocar em ação 1.300 homens, divididos em equipes e áreas predeterminadas da cidade. Ainda segundo Cid, a comunidade ia conhecer os policiais que estavam trabalhando em sua localidade, assim como os policiais conheceriam a comunidade. Sobre as condições objetivas da proposta, Cid ressaltou que o investimento total de sua proposta iria custar apenas R\$ 2,3 milhões por mês, significando apenas 0,4% do percentual orçamentário destinado a investimentos no Estado.

O esforço de Cid, durante toda a campanha, se concentrou em transformar o projeto Ronda do Quarteirão em algo factível, desvencilhando-o da crítica de ser uma astúcia discursiva cujo objetivo seria apenas possibilitar a vitória nas Eleições de 2006. Enquanto os outros candidatos se concentraram em tratar a idéia de Cid como uma fantasia, ele se esforçou em transformar as críticas em falas fantasiosas, provenientes de candidatos que não tinha a sua disposição “para fazer”. Na medida em que as pesquisas lhe consolidaram como possível vencedor, ainda no primeiro turno, a estratégia adotada foi de evitar polemizar com os outros candidatos, deixando que apenas eles lhe dessem atenção, enquanto sua campanha seguia indiferente ao que os outros apresentavam como propostas para o Ceará.

A realização da promessa

Após confirmar sua vitória nas eleições, Cid reforçou o compromisso em realizar todas as promessas. Imediatamente após assumir o cargo, ele passou a enfrentar uma grande expectativa em torno da implementação do Programa Ronda do Quarteirão. Assim como no período da campanha, a possibilidade de realização do Ronda continuou a ser questionada, tanto pela sociedade civil como por integrantes da própria PM do Ceará que acreditavam não ser possível habituar os policiais a uma conduta de policiamento comunitário⁹

Apesar dos questionamentos, Cid insistiu em afirmar que não era mais possível simplesmente ficar de “braços cruzados, aguardando por mudanças na PM”. Segundo ele, alguém precisava assumir o ônus por transformações objetivas na forma de conduzir a segurança pública e ele tinha a disposição para isso. Durante seu primeiro ano de Governo, Cid tentou responder as críticas ao mesmo tempo em que encaminhava os processos necessários para implementação do Ronda. Mais uma de suas ações questionadas foi a escolha do Delegado aposentado da Polícia Federal, Roberto Monteiro, para o cargo de secretário da Secretaria de Segurança pública e Defesa Social (SSPDS). Havia a expectativa de que um oficial da PM assumisse o posto, principalmente

⁹ Segundo Major da PM, “nem a Polícia e nem a comunidade ainda estão preparadas para o policiamento comunitário” (O Povo 10/11/2006). Na mesma matéria, o Major ressaltar ser a favor da implementação do Ronda, apesar de destacar a necessidade de maior e melhor planejamento.

porque a principal proposta de Cid envolvia diretamente a corporação. No entanto, a não escolha de um militar foi mais um gesto simbólico de Cid em prol da visão de policiamento que tentava colocar em prática.

Logo nos primeiros meses de governo ficou evidente que uma das principais dificuldades para o Governador eleito implantar o Ronda seria o efetivo da PM do Ceará. Com apenas 13,5 mil policiais, e apenas pouco mais de 5 mil deles trabalhando na rua, não havia haviam homens suficientes. Diante disso, foi criado, em regime de urgência, um concurso público para contratação de novos policiais, especificamente para compor o Programa Ronda do Quarteirão. Ademais, além da contratação específica para o Ronda, o governador criou um fardamento diferenciado para os policiais do Ronda. Aos poucos se consolidava uma distinção entre os policiais do Ronda e os policiais da PM “convencional”. É importante destacar que o Ronda não tinha a intenção de ser “toda PM”, mas apenas um segmento integrado por soldados da PM com “perfil comunitário”.

Apesar de tentar transmitir uma imagem de ação planejada, Cid teve que lidar com a pressão pertinente ao fato de completar quase um ano de governo sem o Ronda. Diante disso, o Governo adotou medidas para acelerar a formação dos policiais do Ronda, reduzindo de seis meses pouco mais de três meses o curso de formação de praças da PM.

Contudo, a efetivação do Programa ainda esbarrou em outras dificuldades. Ao lançar o edital para licitação das viaturas do Ronda, verificou-se que apenas o modelo da Toyota Hilux SW4 atendia as especificações técnicas exigidas. Isso gerou uma série de questionamentos, inclusive sobre exigências como câmbio automático e tração 4x4 permanente. Em geral, as Hilux foram consideradas como uma “extravagância” do Governo, absolutamente desnecessárias as condições de policiamento exigidas em uma cidade como Fortaleza. Não obstante, o rebatimento das críticas, a superação dos recursos na justiça e a manutenção da Hilux como o modelo de viatura do Programa foi mais uma prova da força e disposição de Cid para consolidar seu projeto. Sobre a polêmica o Governador ressaltou que enquanto uns reclamavam que o carro era “caro demais”, ele os via como uma necessidade para PM, pois, caso contrário, os policiais iriam “perder de chinelada dos bandidos” (DN 10/08/2007).

O investimento em superar as críticas fez parte de um jogo político no qual os alvos da disputa apenas, aparentemente, eram as especificidades técnicas. O Ronda tornou-se a moeda política mais significativa do início do Governo Gid Gomes. A importância do Programa ficou evidente na forma como o Governador assumiu a responsabilidade e protagonizou todo processo, deixando o Secretário de Segurança como coadjuvante. Essa configuração ficou marcada por desencontros em relação a decisões importantes, como a referente ao início do Programa em

Fortaleza. Enquanto, em agosto de 2007, após a chegada das primeiras viaturas, Roberto Monteiro afirmava que as viaturas seriam colocadas para rodar ainda naquele mês, Cid declarava, em Brasília, que não era porque cinco viaturas chegaram que ele iria “colocar para rodar de qualquer jeito”. Outros desencontros, como o apresentado, reafirmaram a posição do Governador como o “senhor das ações”, enquanto Roberto Monteiro aparecia nesse cenário como o “homem certo” para não oferecer nenhuma resistência às determinações de Cid.

Apesar de desde abril de 2007 ser anunciado o início do Ronda, e de várias experiências pilotos terem sido experimentadas em diversos bairros de Fortaleza, apenas em novembro de 2007 as primeiras viaturas do Programa começaram a circular no Bairro Bom Jardim. Do ponto de vista político, o início do Programa garantiu a Cid a consolidação do capital simbólico acumulado durante a campanha, revestindo sua administração da imagem de que ela poderia superar os maiores desafios e dificuldades. Em setembro de 2008, o Jornal O Povo publicou pesquisa Datafolha que apontou que 72% dos fortalezenses aprovavam o trabalho do Ronda do Quarteirão, consolidando assim a idéia de que a população aprovava e reconhecia a importância do trabalho protagonizado pelo Governador do Estado.

Não obstante, aos poucos, se ganhou forma nos rumores da Cidade a idéia de que o Ronda “era um programa de governo”, com “data e hora para acabar”. Além da visão de que o Ronda só existiria enquanto Cid governasse, logo foi possível perceber que, mesmo “antes de acabar”, o Ronda enfrentaria também desgastes decorrentes de uma série de problemas criados com sua implantação.

Os problemas

A coexistência entre os policiais da PM convencional e os policiais do Ronda do Quarteirão passou a ser um transtorno difícil de ser contornado pelo governo Cid Gomes. As diferenças entre as duas policiais já estava demarcada desde quando a idéia do Projeto foi lançada, pois o Ronda seria um Programa e não uma nova forma de atuação da PM no Ceará. Embora o Governo tenha se esforçado em desfazer a imagem de duas policiais, o conflito entre as duas lógicas de policiamento vigentes se tornou evidente em vários momentos. Um deles foi a prisão de policiais do Ronda, no dia 30 de agosto de 2008, após o atendimento de uma denúncia de moradores a respeito de som alto, em um bar no Bairro Jóquei Clube. Ao tentarem fechar o bar, os policiais foram interpelados por dois oficiais da PM. Isso deu início a uma discussão que culminou na prisão dos Policiais do Ronda por insubordinação. Apesar de considerar que os policiais do Ronda tinham autoridade para intervir contra o som alto do bar, o Comandante da PM no Ceará

salientou que, como policiais militares, eles não podiam ter desacatado seus superiores, sendo necessário acionarem oficiais para que pudessem autuar os outros oficiais envolvidos na ocorrência.

Além dos conflitos internos, o Ronda do Quarteirão trouxe problemas para a gestão do sistema de segurança pública do Estado do Ceará. Segundo dados da SSPDS, o Ronda aumentou em 70% o número de prisões na cidade de Fortaleza. A principal consequência disso foi a superlotação das Delegacias de Polícia Civil. De acordo com os delegados da cidade de Fortaleza, não havia um único Distrito Policial capaz de atender as novas demandas geradas pelo Programa Ronda do Quarteirão. Além das prisões, os inquéritos passaram a se acumular sem que as equipes dos Distritos policiais pudessem realizar os procedimentos adequados para investigação dos crimes ocorridos na Cidade. Essa situação gerou um novo desencontro entre os discursos do Governador e do Secretário de Segurança. Enquanto Roberto Monteiro declarou publicamente que a PC estava “falida”, o Governador declarou que a PC não estava falida, mas apenas desestruturada, salientando que o Estado estava estudando a melhor forma de corrigir os problemas evidenciados. Independente das classificações atribuídas a PC, observou-se que o Ronda funcionava como um programa isolado e que o Governo não tinha uma política de segurança pública capaz de pensar as diversas esferas de atuação conjunta das instituições de segurança.

O Ronda também gerou certa frustração ao não conseguir traduzir em dados a sua “eficiência”. Conforme dados da própria SSPDS, publicados no jornal O Povo do dia 02/05/2009, as ocorrências de assalto aumentaram 5,17% no período de janeiro a março de 2009 em relação ao mesmo período de 2008. O aumento dos crimes e sensação de insegurança levou moradores da Cidade a desconfiar da eficiência do Ronda. Dois dias depois da publicação da matéria referida, o mesmo Jornal publicou matéria intitulada *Moradores do Bom Jardim questionam atuação do Ronda*. Na reportagem são apresentados depoimentos de moradores afirmando que os policiais do Ronda passam pela comunidade “com o pescoço duro, sem olhar para os lados, dentro dos carrões com ar-condicionado”. Segundo os moradores, os policiais mais atuantes nas localidades são os do grupo RAIO¹⁰, enquanto os do Ronda “fazem corpo mole”.

Ademais, na medida em que o Programa passou a ser a principal forma de policiamento da cidade de Fortaleza, começaram a surgir denúncias de práticas de abuso de autoridade, corrupção e violência policial. Não obstante, para além de suas falhas, os problemas do Ronda ultrapassam sua dinâmica, pois são parte integrante de um sistema de segurança pautado em relações de poder cujo

¹⁰ A Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) foi criada em março de 2004 com objetivo de ser um grupo especializado da PM do Ceará no enfrentamento de crimes como porte ilegal de armas de fogo, no consumo e no tráfico de drogas em diversos bairros de Fortaleza. Os policiais do RAIO são muito solicitados para atuar em situações de média complexidade, em locais de difícil acesso.

fundamento perpassa as exigências do grupo político que o Programa representa, deixando grandes questões em aberto sobre suas possibilidades de sucesso e futuro.